

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.364 - RJ (2018/0303026-5)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : DEUZA CRESCENTE LIMEIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : BRUNO DA ROCHA CURTY RIBEIRO - RJ177763  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por DEUZA CRESCENTE LIMEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0049784-14.2018.8.19.0000, relator Desembargador Sidney Rosa da Silva).

Consta dos autos que a recorrente teve a prisão preventiva decretada, acusada da suposta prática do crime previsto no art. 171, *caput* e § 4º, do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* originário, tendo o Tribunal de origem denegado a ordem, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 70/71):

*HABEAS CORPUS. ARTIGO 171 E PARÁGRAFO 4º, DO CÓDIGO PENAL. GOLPE DO BILHETE PREMIADO. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO REALIZADA E NA QUAL FOI DEFERIDO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL A EXPEDIÇÃO DE UM MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO DAS DIVERSAS MÍDIAS RELACIONADAS AO CASO CONCRETO PARA SE APURAR A VERDADE PROCESSUAL. FEITO CRIMINAL EM QUE HÁ MAIS DE UM ACUSADO. COMPLEXIDADE A JUSTICAR O LAPSO TEMPORAL UM POUCO MAIS DELONGADO, MAS QUE DE MANEIRA NENHUMA CHEGOU A CONSTITUIR UM CONSTRANGIMENTO ILEGAL. LIBERDADE PROVISÓRIA. INVIABILIDADE. ESSE PLEITO É REPETIÇÃO DO HABEAS CORPUS Nº 0073183-09.2017.8.19.0000. AGREGA-SE A ISSO, QUE A MAGISTRADA SIMONE DALILA NACIF LOPES SE PRONUNCIOU ACERCA DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DA ACUSADA DEUZA CRESCENTE LIMEIRA AO DIZER QUE ELA POSSUI ANOTAÇÃO PENAL EM SEU DESFAVOR, CONSTATADO NO EXAME DA FOLHA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DELA, BEM COMO, O FATO DE QUE ELA RESPONDE A OUTRAS DUAS AÇÕES CRIMINAIS ANÁLOGAS E TODOS ESSES DELITOS PRATICADOS CONTRA O PATRIMÔNIO. PERMEANDO-SE ESSAS DIRETRIZES, INABALÁVEL O DECISUM ATACADO QUE SE ESCOROU CLARAMENTE EM BASES SÓLIDAS AO APONTAR PARA A NECESSÁRIA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, SENDO ESSE REQUISITO PREVISTO NOS TERMOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRINCÍPIO DA*

*HOMOGENEIDADE. INSUBSISTÊNCIA. O FATO DE QUE A ACUSADA, ORA PACIENTE, TER RESPONDIDO A OUTRO PROCESSO CRIMINAL, AINDA QUE GUARDE QUESTÕES SIMILARES A ESTE, E CUJA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE FICOU ASSENTADA EM 01 ANO DE RECLUSÃO, NÃO CARATERIZA, AS CONDIÇÕES DE IGUALDADE PROCESSUAL A IMPLEMENTAR UMA AVALIAÇÃO PRECÁRIA, EIS QUE NÃO SE PODE INVADIR O MÉRITO DO PROCESSO CRIME, E, POR ISSO, INEXEQUÍVEL A ESSA MOTIVAÇÃO DEFERIR A LIBERDADE PROVISÓRIA COM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ARTIGO 319 DA LEI PROCESSUAL PENAL. COMO JÁ AVALIADO, A PRISÃO CAUTELAR SE NOTABILIZOU NECESSÁRIA COM O FIM DE RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA E COMO TAL JÁ FOI APRECIADA PELO COLEGIADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOBSERVÂNCIA. A VIA ESCOLHIDA NÃO PERMITE DILAÇÃO PROBATÓRIA, PELO QUE NÃO SE PODE DECOMPOR CONCRETAMENTE O MÉRITO DA IMPUTAÇÃO NESTE MOMENTO PROCESSUAL.*

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa alega, em síntese, que "o manifesto constrangimento ilegal à PACIENTE devido ao excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal que, após a audiência de instrução criminal, já perdura 7 (sete) meses, estando a segregação cautelar em vigência por 1 (um) ano e 5 (cinco) meses, motivo pelo qual deve ser concedida a ordem para permitir que a PACIENTE responda o processo em liberdade" (e-STJ fl. 121).

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória em favor da recorrente ou a substituição da prisão por medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 476/478).

Informações prestadas às e-STJ fls. 484/491.

Parecer ministerial pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 493/495).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Nova Friburgo/RJ, verifiquei que, nos autos da Ação Penal n. 0010153-83.2017.8.19.0037, em 7/11/2018 foi prolatada sentença condenatória pelo

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Juízo de piso em desfavor da recorrente, mas, não obstante, foi-lhe concedido o direito de apelar em liberdade e expedido alvará de soltura em seu favor.

Dessarte, é patente que o presente recurso está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

